



**UFSM**

**Artigo Monográfico de Especialização**

**A INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES  
EDUCACIONAIS ESPECIAIS NO ENSINO REGULAR**

**Maria Helena Calazans Corrêa**

**Lagamar, Minas Gerais - Brasil.  
2010**

# **A INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS NO ENSINO REGULAR**

**Por**

**Maria Helena Calazans Corrêa**

Artigo apresentado no Curso de Especialização em Educação Especial – Déficit Cognitivo e Educação de Surdos, do Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria como requisito parcial para obtenção do grau de **Especialista em Educação Especial.**

**Lagamar, Minas Gerais - Brasil.**

**2010**

**Universidade Federal de Santa Maria  
Centro de Educação  
Especialização em Educação Especial - Déficit Cognitivo e  
Educação de Surdos**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova o Artigo  
Monográfico de Especialização.

**A INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS  
ESPECIAIS NO ENSINO REGULAR**

elaborado por

**Maria Helena Calazans Corrêa**

como requisito parcial para obtenção do grau de

***Especialista em Educação Especial:  
Déficit Cognitivo e Educação de Surdos***

**COMISSÃO EXAMINADORA:**

**Luciana Dalla Nora dos Santos**

(Presidente/Orientador)

---

---

**Lagamar, Minas Gerais - Brasil.  
2010**

## **RESUMO**

Artigo de Especialização  
Curso de Especialização em Educação Especial – Déficit Cognitivo e Educação de Surdos  
Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil.

### **A INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS NO ENSINO REGULAR**

AUTORA: Maria Helena Calazans Corrêa  
ORIENTADORA: Luciana Dalla Nora dos Santos  
Lagamar, Minas Gerais.

Este artigo tem por objetivo fornecer subsídios capazes de favorecer a reflexão sobre o trabalho a ser realizado em sala de aula diante da inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais. Pretende-se assim contribuir para qualificar a reflexão acerca da necessária transformação das escolas em espaços realmente inclusivos. Nos últimos anos intensificaram as políticas que regulamentam os princípios educacionais inclusivos que concebem uma educação de qualidade sem preconceitos baseada na diversidade. Esse novo paradigma impulsiona uma nova postura da escola comum que deverá propor ações que favoreçam a construção de práticas pedagógicas que possibilitem às crianças com necessidades educacionais aprender e ter reconhecidos e valorizados seus conhecimentos. Nessa direção, o trabalho se caracteriza por uma pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo, sendo que o estudo dos dispositivos legais no contexto mundial e da legislação brasileira, aliado as pesquisas recentes sobre o tema, destacando-se os trabalhos de Mantoan (2003, 2005), Rosseto (2005), Alves (2006), entre outros, foram utilizados como aportes teóricos para o desenvolvimento dessa investigação. O estudo empreendido possibilitou a compreensão da importância do acesso aos alunos com necessidades educacionais especiais na escola regular, bem como reforçou a consciência de que a concretização da proposta inclusiva requer uma série de modificações na atual estrutura escolar, as quais perpassam inicialmente o projeto político-pedagógico da escola, alcançando ainda as adaptações curriculares e a formação do professor.

Palavras – chaves: Inclusão; ensino regular; necessidades educacionais especiais.

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>03</b>
<b>1 RECAPITULANDO O PROCESSO HISTÓRICO DA CONSTRUÇÃO DO SISTEMA INCLUSIVO .....</b>	<b>07</b>
<b>2 DESAFIOS PELA BUSCA DA ESCOLA INCLUSIVA.....</b>	<b>11</b>
<b>3 MUDAR PARA INCLUIR NA PROPOSTA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA</b>	
<b>3.1 O que significa educação inclusiva .....</b>	<b>13</b>
<b>3.2 O projeto pedagógico .....</b>	<b>14</b>
<b>3.3 Adaptações curriculares que contempla a educação inclusiva.....</b>	<b>15</b>
<b>3.4 A educação inclusiva e a formação de professores .....</b>	<b>17</b>
<b>4 CONTRIBUIÇÕES DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NO APRIMORAMENTO DAS PRÁTICAS INCLUSIVAS .....</b>	<b>19</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>22</b>
<b>6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>23</b>

## APRESENTAÇÃO

Nas últimas décadas a escola tem procurado promover a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino. Nessa direção, inúmeros dispositivos têm sido elaborados com a intenção de orientar a construção de uma sociedade para todos. A própria Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 assume princípios e diretrizes adequadas ao discurso da inclusão, colocando elementos bastantes pertinentes relacionados ao direito à educação. Destacamos no capítulo destinado à Educação, Cultura e Desporto um dos princípios que devem reger o ensino: “a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (art.206, inciso I), complementando ainda que o dever do Estado com a Educação será efetivado mediante a garantia de vários elementos, destacando-se aqui: “[...] o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (art. 208, inciso III).

Nessa perspectiva, compreendemos que conforme expressa a própria constituição, todos possuem direito à educação e conseqüentemente à escola regular.

Apesar desta ênfase neste documento constitucional, somente a partir do principal documento mundial sobre os princípios da educação inclusiva - a Declaração de Salamanca (1994)<sup>1</sup> - é que as discussões obtiveram maior ênfase em relação à necessidade de uma escola para todos, como também a consideração do que é a igualdade e as diferenças dentro de uma escola comum. Nessa direção, a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) define necessidades especiais da seguinte forma:

[...] a expressão “necessidades educacionais especiais” refere-se a todas as crianças e jovens cujas carências se relacionam a deficiências ou dificuldades escolares. (...) Neste conceito, terão que se incluir crianças com deficiência ou superdotados, crianças de rua ou crianças que trabalham, crianças de populações remotas ou nômades, crianças de minorias lingüísticas, étnicas ou culturais e crianças de áreas ou grupos desfavorecidos ou marginais. (UNESCO, 1994, p.15).

---

<sup>1</sup> A Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: aceso e qualidade, foi realizada pela UNESCO em Salamanca (Espanha) em junho de 1994, teve como objetivo específico de discussão a atenção educacional aos alunos com necessidades educativas especiais.

Além da Declaração de Salamanca encontramos vários outros documentos que garantem a todos os indivíduos o direito de aprender e crescer convivendo em sociedade, como por exemplo, a Declaração Mundial sobre Educação para Todos : Satisfação das Necessidades Básicas da Aprendizagem(1990)<sup>2</sup> e a Convenção de Guatemala (2001)<sup>3</sup> os quais influenciaram a elaboração de política pública na área de educação especial no Brasil.

Na concepção de escola para “Todos” o propósito da educação inclusiva é garantir que todos os alunos aprendam juntos no ensino regular, respeitando a diversidade independente de raça, gênero, sexo, classe ou necessidades educacionais especiais.

Assim sendo, o professor cumpre o dever de lecionar para turmas inclusivas, porém a maioria dos professores regentes de classe que recebem a diversidade de alunos, apesar de terem aprendido em sua formação inicial e em sua prática profissional a conhecer cada um de seus alunos, ainda se sentem bastante inseguros pelo fato de não se sentirem preparados para ensiná-los como também pela falta de apoio recebida.

Nota-se que as redes de ensino ainda disponibilizam pouca estrutura aos professores para a realização de um bom trabalho quando se trata de escola inclusiva, pois esta somente poderá ser considerada inclusiva quando estiver organizada para favorecer a cada aluno, independente de etnia, sexo, idade, deficiência, condição social ou qualquer outra situação (ARANHA, 2006).

Ainda nessa direção, Aranha (2006, p. 8) pontua que “A escola inclusiva é aquela que conhece cada aluno, respeita suas potencialidades e necessidades e a elas responde, com qualidade pedagógica.” Tendo por base essa concepção de escola inclusiva, que vemos a importância de estar discutindo as possibilidades de realizar a inclusão de alunos com necessidades especiais em salas regulares, pois a todo o momento perguntas nos são lançadas neste contexto, tais como:

---

<sup>2</sup> Documento construído tendo por base a Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada em março de 1990, em Jontiem, na Tailândia. Nesta declaração, fica reforçado que “a educação é um direito fundamental de todos, mulheres e homens, de todas as idades, no mundo inteiro” (UNESCO, 1990).

<sup>3</sup> Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência.

Qual o significado de incluir o aluno na perspectiva da educação inclusiva? Que aspectos devem ser contemplados nos projetos pedagógicos das escolas para garantir a inclusão dos alunos com necessidades especiais? Que adaptações e recursos são necessários para acolher da melhor maneira possível estes alunos? De que perfil de profissionais estamos falando para trabalhar nessa perspectiva? Que tipo de formação poderemos dispor?

Assim sendo, o objetivo desta pesquisa é fornecer subsídios capazes de favorecer a reflexão sobre o trabalho a ser realizado em sala de aula diante da inclusão de crianças com necessidades especiais. Pretende-se assim contribuir para qualificar a reflexão acerca da necessária transformação das escolas em escolas realmente inclusivas.

Esta pesquisa se justifica assim na necessidade de problematizar e discutir os diferentes estudos existentes e que de alguma maneira nos apontam possibilidades de atuação para o trabalho em sala de aula.

A metodologia utilizada para a elaboração deste trabalho foi a pesquisa bibliográfica, tendo por referência autores que compreendem a importância do direito da educação para todos, onde o indivíduo tenha as mesmas oportunidades de acesso, permanência e aproveitamento na escola independente de qualquer característica específica, participando de todas as atividades propostas pela escola e recebendo suportes adequados quando necessário.

Desse modo a pesquisa compôs-se dos seguintes passos metodológicos:

- a) Levantamento de referenciais bibliográficos;
- b) Estruturação em capítulos sendo apresentada a contextualização do processo histórico inclusivo, as transformações necessárias do projeto pedagógico da escola, formação dos professores, bem como as contribuições do atendimento educacional especializado.

A escolha da pesquisa bibliográfica justifica-se conforme aponta Severino (2000, p. 122):

A pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrentes de pesquisas anteriores em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos.



Nessa direção, os estudos dos dispositivos legais no contexto mundial e da legislação brasileira, bem como dos documentos norteadores da prática educacional elaborados pelo Ministério da Educação, aliado às pesquisas recentes sobre o tema, destacando-se os estudos de Mantoan (2003, 2005), Rosseto (2005), Alves (2006), entre outros, tem nos auxiliado a entender a educação inclusiva referente à origem, objetivos, motivações e metas.

Para tanto realizamos um breve histórico da trajetória das representações que a sociedade possui a respeito das pessoas com deficiência, suas diferentes representações, concepções e discursos que hoje encaminham para a inclusão dessas pessoas tanto social quanto educacional.

Também apresentamos alguns desafios encontrados quando se busca a efetivação de uma escola inclusiva, como a necessidade de mudanças nos sistemas de educação que exige repensar o projeto pedagógico, as adaptações curriculares, a formação de professores como também a importância do atendimento educacional especializado aliado ao ensino regular.

Finalmente nos posicionamos diante do tema em questão encaminhando para as considerações finais, onde se faz uma síntese das principais modificações necessárias para a transformação da escola em um espaço verdadeiramente inclusivo.

# 1 RECAPITULANDO O PROCESSO HISTÓRICO DA CONSTRUÇÃO DO SISTEMA INCLUSIVO

O percurso histórico da atenção à pessoa com necessidades educacionais especiais, conforme apontam os discursos no decorrer da história da humanidade tem sofrido inúmeras transformações configuradas pelas diferentes abordagens e concepções.

O termo “portadores”, por exemplo, tem se modificado na medida em que buscamos definições mais significativas na linguagem. Hoje essa terminologia apesar de utilizada em documentos e obras de alguns autores renomados foi considerada incorreta na definição das pessoas com deficiências.

Historicamente essas pessoas tem sido alvo de discriminação social sendo negado a elas os direitos básicos fundamentais ao exercício da cidadania.

Na antiguidade, por exemplo, as pessoas consideradas diferentes, com limitações diferenciadas eram praticamente abandonadas e rejeitadas pelos seus familiares, sendo desconsideradas como seres humanos eram aproveitados para a diversão como bobos da corte. Já na idade média as pessoas com deficiência eram vistas como seres sobrenaturais, como ligados ao demônio, porém não podiam mais ser exterminadas. Durante muito tempo essas pessoas foram desprezadas. A esse respeito, (Silva 1987, apud Brasil, 2005.p.25/26) colabora afirmando que:

Também no Brasil a pessoa deficiente foi considerada por vários séculos dentro da categoria mais ampla dos miseráveis, talvez o mais pobre dos pobres... Os mais afortunados que haviam nascido em berço de ouro ou pelo menos remediado, certamente passaram o resto de seus dias atrás dos portões e das cercas vivas das suas grandes mansões, ou então, escondidos, voluntária ou involuntariamente, nas casas de campo ou nas fazendas de suas famílias. Essas pessoas deficientes menos pobres acabaram não significando nada em termos de vida social ou política do Brasil, permanecendo como um peso para suas respectivas famílias.

Nesse contexto independente da condição econômica do indivíduo todos eram excluídos da sociedade.

Entretanto a partir do século XVI até os dias de hoje muitos avanços, embora lentos, foram conquistados e suas ações continuam em desenvolvimento. Novos

conhecimentos foram sendo instituídos em relação ao conjunto de idéias e valores a respeito das pessoas com necessidades especiais.

Na Idade Contemporânea, diante da dificuldade em manter a população institucionalizada e improdutiva tornou-se necessário à reformulação das idéias passando a defender que a pessoa com necessidades especiais deveria ser introduzida na sociedade. Surge então o paradigma da normalização, isto é, ajudar essas pessoas a assumir o padrão considerado “normal”.

Apesar de todo este contexto, observamos que várias mudanças ocorreram as quais deram origem a organização de serviços para atendimentos de pessoas com deficiências mesmo diante de práticas segregacionistas. A esse respeito Sasaki, (1999, p. 16) afirma:

A sociedade, em todas as culturas, atravessou diversas fases no que se refere às práticas sociais. Ela começou praticando a exclusão social de pessoas que - por causa das condições atípicas - não lhe pareciam pertencer à maioria da população. Em seguida, desenvolveu o atendimento segregado dentro de instituições, passou para a prática da integração social e recentemente adotou a filosofia da inclusão social para modificar os sistemas sociais gerais.

Por isso notam-se com maior profundidade as discussões sobre a integração e, atualmente sobre a inclusão. Inicialmente as propostas basearam-se no modelo médico/pedagógico, depois as propostas voltam-se para os aspectos de natureza pedagógica e, posteriormente surge a inquietação em oferecer oportunidades para formação integral das pessoas com necessidades educacionais especiais.

A partir da segunda metade do século XX, período em que ocorreu o desenvolvimento da Educação Especial foram produzidos vários documentos contendo normas e acordos sobre a necessidade de uma educação de qualidade para todos. Alguns desses documentos internacionais exerceram influências significativas na elaboração de políticas públicas educacionais no Brasil.

Dentre eles destaca-se a “Declaração Mundial Sobre Educação para Todos: Satisfação das Necessidades Básicas da Aprendizagem” resultante da Conferência Mundial Sobre Educação para Todos, ocorrida em Jomtiem, Tailândia, 1990. Tal declaração reafirma a importância do direito a educação para todos, sendo essencial para o desenvolvimento econômico e social do país. Dada à importância da aprendizagem, a declaração propunha o combate à discriminação promovendo a

ideia de atendimento das necessidades básicas de aprendizagem de todos os alunos, incluindo também aquelas que por uma razão ou outra apresentasse algum tipo de deficiência.

O referido documento compôs-se de dez artigos para a consecução dos objetivos propostos sendo o - Art. 3º Universalização do acesso à educação e promoção da equidade, voltado principalmente para as necessidades básicas de aprendizagem das pessoas deficientes. Além do mais, propôs que fossem adotadas medidas para a garantia de igualdade de acesso a educação para qualquer tipo de necessidade especial.

No entanto, foi na Declaração de Salamanca, na Espanha, em 1994, é que surgiu o compromisso em disseminar e implementar seus objetivos, reforçando ainda a preposição da Declaração Universal dos Direitos Humanos e as demandas da Declaração Mundial Sobre Educação Para Todos.

Depois disso, o conceito de educação inclusiva ganha maior amplitude sob o olhar de uma nova concepção que passa a envolver além da pessoa com deficiência os alunos que apresentem alguma dificuldade de aprendizagem. Nesse aspecto acredita – se que os alunos com necessidades especiais devem frequentar as classes comuns de ensino.

Em 1999 ocorre outro encontro importante, o qual deu origem a Convenção de Guatemala (1999) que reafirma a eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas Portadoras de Deficiência atribuindo a elas os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais para o convívio em sociedade.

No contexto brasileiro, a sociedade também tem elaborado dispositivos legais que, tanto reafirmam a construção de uma sociedade para todos, como servem como diretrizes para a consolidação de políticas públicas. Citamos aqui desde a Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente, de 1990 que assegura a estes sujeitos uma série de direitos, destacando-se aqui a “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”. Soma-se a estes dois documentos a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei N.º.394, de 1996) que coloca nos municípios a responsabilidade da universalização do ensino para os cidadãos de 0 a 14 anos, ou seja, da Educação Infantil e Fundamental para todas as crianças e jovens.

Além destes documentos podemos citar ainda: a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (Decreto n.º 3.298, de 1999), o Plano Nacional de Educação, de 2001, o Decreto n.º 3.956, de 2001 que promulga a Convenção Interamericana para Eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas com deficiência, e as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (Resolução CNE/CEB n.º 02, de 2001).

Dentre todos estes documentos gostaríamos de dar destaque à Resolução CNE/CEB n.º 2 (2001, p. 3) devido ao fato de esta constituir-se como um marco da atenção à diversidade, uma vez que, pontua:

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos.

Nessa direção, observamos que não é o aluno que precisa adaptar-se à escola, mas a escola que deve promover meios para que o aluno possa nela interagir. Assim, essa resolução inova ao colocar claramente os preceitos de uma escola inclusiva centrando sua discussão na função social da escola e no seu projeto pedagógico.

Além destes documentos legais, o Ministério da Educação, através da Secretaria de Educação Especial elaborou documentos norteadores para a prática educacional, “visando especialmente superar a tradição segregatória da atenção ao segmento populacional constituído de crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais.” (ARANHA, 2006, p. 23). Estes documentos se constituem como verdadeiros referenciais para discussão e reflexão no contexto da escola, pois fornecem desde embasamento legal para a política de educação inclusiva até a reflexão sobre a ação docente.

## **2. DESAFIOS PELA BUSCA DA ESCOLA INCLUSIVA**

Os Parâmetros Curriculares Nacionais, adaptações curriculares, (BRASIL, 1998), que trata especificamente das estratégias para a educação de alunos com necessidades especiais propõe um conjunto de significativas experiências pedagógicas desenvolvidas no país as quais podem ser utilizadas como apoio aos professores no intuito de assegurar a todos uma educação de qualidade independente das necessidades diferenciadas que os indivíduos possam apresentar.

De acordo com o referido documento o movimento nacional que busca a inclusão de todas as crianças na escola vem paulatinamente encontrando novos rumos para atender a expectativas educacionais dos alunos com necessidades educacionais especiais.

A partir da década de 90 esses movimentos obtiveram grande impulso no que se refere à inserção desses alunos na rede regular de ensino. Seu crescimento tem apresentado avanços significativos em alguns países desenvolvidos e tem revelado a necessidade de mudanças no sistema educacional como também na sociedade firmando a convivência com a diversidade de pessoas, aceitando e valorizando as diferenças individuais para que a inclusão venha realmente se efetivar. Requer a participação de todos sem qualquer tipo de distinção seja das condições lingüísticas, sensoriais, físicas, emocionais, cognitivas, físicas, socioeconômicas, dentre outras. Além disso, exigem o planejamento e organização dos sistemas educacionais considerando a diversidade de alunos oferecendo recursos adequados de modo a atender as necessidades específicas dos alunos.

Considera-se que uma das formas de incluir todas as pessoas se dá por meio da educação que segundo Gofredo (1999) é a escola a principal instituição responsável em favorecer aos alunos meios para que possam se sentir integrantes de um grupo, sem exceção. Apesar das conquistas, todavia o cenário atual ainda tem evidenciado que a escola enquanto espaço mediador tem encontrado dificuldades para incluir os alunos com necessidades especiais no ensino regular já que diversos fatores interferem nestes processos como a família, as instituições e a própria visão de homem padronizado que a sociedade elegeu ao longo do tempo.

Classifica as pessoas de acordo com o grau de inteligência esquecendo das diferenças na diversidade.

Grande parte dos sistemas educacionais, por exemplo, ao basear-se na concepção médico - psicopedagógica para identificação e atendimento dos alunos com necessidades especiais aborda a deficiência como condição individual e confere pouca importância ao fator social a respeito da procedência e conservação do estigma desse grupo de pessoas. A escola privilegia muito o desempenho escolar dos alunos e ainda a falta de flexibilidade do currículo contribui para práticas pedagógicas que dificultam o atendimento das diferenças individuais dos alunos e por isso acabam sendo encaminhados aos atendimentos e recursos especializados em vez de frequentar a escola regular. Nesse sentido, Rosseto (2005, p. 42) reitera que:

A inclusão é um programa a ser instalado no estabelecimento de ensino a longo prazo. Não corresponde a simples transferência de alunos de uma escola especial para uma escola regular, de um professor especializado para um professor de ensino regular. O programa de inclusão vai impulsionar a escola para uma reorganização. A escola necessitará ser diversificada o suficiente para que possa maximizar as oportunidades de aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais especiais.

Por isso o atendimento ao aluno com necessidades educacionais especiais em turmas comuns requer uma nova postura da escola que precisa rever as políticas, as práticas pedagógicas, metas e programas bem sucedidos que favoreçam a aprendizagem dos alunos.

Nota-se que são muitas as barreiras que dificultam as reais experiências inclusivas nas redes regulares de ensino. A humanidade carrega uma história de preconceito e discriminação das pessoas que apresentam algum tipo de limitação que pode interferir em certos contextos sociais.

## **3 MUDAR PARA INCLUIR NA PROPOSTA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

### **3.1 O que significa Educação Inclusiva**

A educação inclusiva é um processo em que se amplia a participação de todos os estudantes nos estabelecimentos de ensino regular. Refere-se a reestruturação cultural, da prática bem como das políticas vivenciadas nas escolas de maneira que estas respondam à diversidade de alunos.

Para fins de conceito de educação inclusiva Mantoan (2003, p. 21), ressalta a importância da definição de integração, afirmando que tais vocábulos possuem significados semelhantes “são empregados para expressar situações de inserção diferentes e se fundamentam em posicionamentos teóricos - metodológicos divergentes”. A ideia de integração ocorre a partir da introdução de alunos que já foram de alguma forma excluídos em determinado grupo. Enquanto a inclusão promove o questionamento das políticas, a forma de organização da educação especial, bem como o conceito de integração. Acredita que todos os alunos independentes de sua condição têm os mesmos direitos a frequentar uma escola comum. Ainda nessa direção, a autora afirma que:

[...] inserir um aluno, ou um grupo de alunos, que já foi anteriormente excluído, e o mote da inclusão, ao contrário, é o de não deixar ninguém no exterior do ensino regular, desde o começo da vida escolar. A escola inclusiva propõe um modo de organização do sistema educacional que consideradas necessidades de todos os alunos e que é estruturado em função destas necessidades. (MANTOAN, 2003, p. 24).

Nesse sentido a educação inclusiva deverá atender a todos os alunos em salas de aula comuns independente de suas condições de aprendizagem, reconhecendo as diferenças de cada um dos alunos e que envolve uma série de métodos diferenciados. No processo de inclusão escolar exige-se a mobilização da sociedade acreditando que cada ser humano possui suas próprias singularidades e história de vida que diferenciam entre si como aponta Dorneles (2004, p. 113):



Vivemos em um lugar heterogêneo e essa heterogeneidade faz parte da riqueza humana, faz parte da essência da natureza humana. Vivemos em uma sociedade complexa. Por complexa entendemos uma sociedade formada por várias facetas culturais, sociais, familiares, educacionais, políticas que se interpenetram e se inter-relacionam de diferentes formas.

Dessa forma a inclusão parte do princípio de que não existem pessoas iguais e à medida que as diferenças humanas são respeitadas abre-se espaço para a construção do novo paradigma. Devido ao fato de ser altamente desafiadora a construção da escola inclusiva necessita passar por uma série de ajustes

### **3.2 O Projeto Pedagógico**

Veiga (1998) ao definir o projeto político pedagógico como um processo democrático, que busca organizar o trabalho pedagógico da escola enfatiza a importância deste projeto atuar como um definidor das relações na escola, as quais perpassam um ambiente de respeito, solidariedade e de participação, o qual é constantemente visto e revisto. Nesse sentido

O projeto político pedagógico, ao se constituir em processo democrático, preocupa-se em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que supere os conflitos, buscando eliminar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina do mando impessoal e racionalizado da burocracia que permeia as relações no interior da escola, diminuindo os efeitos fragmentários da divisão do trabalho que reforça as diferenças e hierarquiza os poderes de decisão. (VEIGA, 1998, p. 13-14).

Segundo os estudos de Mantoam (2005) a sociedade que se quer justa que dê oportunidade para todos, sem qualquer tipo de discriminação começa na escola. Assim ao definir inclusão como a capacidade de reconhecer e entender o outro e ainda conviver e compartilhar com pessoas diferentes de nós reitera que a escola deverá partir de um bom projeto pedagógico reflexivo que vai além de adaptações físicas com rampas e banheiros. Projeto este que valoriza a cultura, a história e as experiências anteriores da turma.

Quando se fala da importância do projeto pedagógico a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, nº. 9.394/96) prevê no artigo 12, inciso I que

“os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica”. Isso que dizer que a escola tem autoridade para elaborar a sua proposta educacional e fazê-la realizar num determinado espaço de tempo. Neste sentido, no que se refere à inclusão, a escola deve elaborar sua proposta pedagógica de forma a atender o aluno com necessidades educativas especiais dentro dos critérios de crescimento intelectual, igualitário e humano.

Ao mesmo tempo, deve-se lembrar que a construção do projeto político pedagógico da escola passa pelo envolvimento de todos na escola, levando-se assim a refletir a respeito da comunidade na qual a escola está inserida, suas necessidades, seus objetivos e suas metas. Portanto, pensar em uma escola de fato inclusiva perpassa primeiramente o mapeamento contextualizado desta realidade e a definição de um planejamento que atinja a todos sem preconceitos.

### **3.3 Flexibilização Curricular que contempla a educação inclusiva**

Vimos que os alunos com necessidades educacionais especiais devem fazer parte da rede regular de ensino, aprendendo as mesmas coisas que os demais, até mesmo de forma diferente cabendo a escola realizar as adaptações necessárias.

Desse modo, no Brasil diante da necessidade de se pensar um currículo para atender a escola inclusiva foram propostos os Parâmetros Curriculares Nacionais o qual conceitua adaptações curriculares como:

...estratégias e critérios de atuação docente, admitindo decisões que oportunizam adequar a ação educativa escolar às maneiras peculiares de aprendizagem dos alunos, considerando que o processo de ensino-aprendizagem pressupõe atender à diversificação de necessidades dos alunos na escola (MEC/SEESP/SEB, 1998, p. 15).

Assim colocado evidencia-se que o currículo deverá considerar a diversidade, apresentando flexibilidade e condições de adaptação sem prejuízo dos conteúdos. Tais adaptações correspondem às adaptações de acessibilidade ao currículo que se refere à eliminação de barreiras arquitetônicas como rampas, banheiros adaptados,

apoio de intérpretes de Libras, braile, etc. Enfim uma infinidade de condições físicas que possibilitam os alunos com necessidades especiais frequentar o ensino regular. As adaptações pedagógicas também devem ser analisadas havendo necessidade de mudança no planejamento, objetivos, atividades, bem como nas formas de avaliação.

Nessas circunstâncias tornar o currículo apropriado às especificidades dos alunos com necessidades especiais requer que ele seja alterável, dinâmico, que tenha condições de ampliação alicerçadas ao projeto pedagógico da escola.

A flexibilização curricular conforme aponta os PCNs (1998) agrupam-se em dois tipos: Adaptações não Significativas que os próprios professores conseguem realizar os ajustes necessários dentro do planejamento normal em sala de aula possibilitando a aprendizagem dos conteúdos curriculares respeitando a individualidade fazendo com que o aluno permaneça na escola e prossiga os estudos. Essas adaptações dizem respeito à organização dos alunos em agrupamento para facilitar a realização de atividades, da didática que deve propor conteúdos e objetivos para atender as respectivas necessidades. Além disso, a organização do espaço estabelecendo períodos para a realização das atividades previstas no currículo.

As adaptações dos objetivos e conteúdos devem obedecer a critérios de prioridade que são atividades básicas que auxiliam nas aprendizagens seguintes como a leitura, escrita, participação, atenção, adaptação, etc. A sequência de conteúdo, o reforço da aprendizagem e a eliminação de conteúdos com pouca relevância são aspectos considerados importantes.

Em relação aos procedimentos avaliativos as técnicas e instrumentos devem sofrer modificações de acordo com a necessidade do aluno. Para as estratégias de ensino dos componentes curriculares devem adotar métodos mais acessíveis para os alunos, introduzir atividades complementares para reforço e apoio, bem como atividades que preparem o aluno para novas aprendizagens e outras alternativas diferentes da turma. Além da alteração do tempo para o aluno atingir os objetivos propostos deve ainda selecionar e adaptar materiais de acordo com a sua necessidade.

Já as Adaptações Significativas são aquelas adotadas quando as dificuldades de aprendizagem têm um nível mais elevado que não pode ser resolvido com as

adaptações citadas anteriormente. Nesse caso as adaptações significativas modificam os conteúdos e objetivos, eliminam-se os básicos e introduz os específicos ou até mesmo complementa-os. Na metodologia e organização didática também deverá adotar métodos, recursos e procedimentos específicos de acesso ao currículo diferente daquelas que os professores estão acostumados. Agora as adaptações na avaliação estão relacionadas aos objetivos e conteúdos que foram acrescentados ou eliminados os quais compreendem critérios específicos de avaliação, eliminação de critérios gerais e modificação dos critérios de promoção podendo ao aluno até ser retido na mesma série os ciclo.

### **3.4 A educação inclusiva e a formação de professores**

De acordo com Stainbak (2006) o professor se encontra diante de desafios perante a realidade, ao atender as necessidades dos alunos assume o papel de organizador das salas de aula, das experiências de aprendizagem, recursos, procedimentos, práticas de ensino e aprendizagem e através de sua formação. Em conseqüência disso à formação de professores assume papel extremamente importante principalmente no que diz respeito às práticas de educação inclusiva, uma vez que não existem reformas educacionais sem professores integrados e preparados para atender as demandas postas pela sociedade.

Os estudos de Goffredo (1999) têm revelado que grande parte dos profissionais que atuam em salas comuns não tiveram em seus cursos de formação, disciplinas referentes à educação especial, ao passo que Mantoan (1997), observando as grades curriculares dos cursos de formação detectou que as disciplinas geralmente tem se preocupado com a didática e a teoria e tem dado pouca ênfase ao ensino de práticas aos educandos.

Nesse contexto, Novóia (1992) ressalta a necessidade da formação continuada dos professores no sentido de melhorias na qualidade do ensino. Acredita que o aprender contínuo é essencial e depende do professor e da escola que deverá organizar-se de forma a oferecer condições para o professor construir novas alternativas e desenvolver novas competências.

Nessa direção, Sadalla (1997) pontua que a formação por ser um processo contínuo, requer do professor a iniciativa de mudança no processo de ensino e aprendizagem, pois apenas participar de cursos não é suficiente. Segundo a autora esses professores precisam de ajuda para refletir sobre sua prática para que possam compreender suas crenças em relação ao processo de modo a aprimorar suas práticas em sala de aula.

Ainda complementando a discussão (Mantoan, s/d, 7-8) acrescenta que:

Quanto à formação continuada, os professores teriam garantido um tempo de estudo nas escolas e em seus horários de trabalho para: discutir entre si as suas práticas e trocar experiências; atualizar conhecimentos; dirimir dúvidas; esclarecer situações de sala de aula e cooperativa e coletivamente delinear teorias próprias para explicar como ensinam e como as crianças aprendem em suas escolas. Essa modalidade de formação em serviço inclui também uma auto - formação, porque exige do professor um esforço individual de atualização profissional.

Desta maneira acredita-se que a formação continuada contribuirá muito para diminuir a ansiedade dos professores em sala de aula comum, visto que grande parte desses profissionais se encontra sem o devido preparo para propiciar a aprendizagem, sobretudo dos alunos com necessidades educacionais especiais.

## **4 CONTRIBUIÇÕES DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NO APRIMORAMENTO DAS PRÁTICAS INCLUSIVAS**

O atendimento educacional especializado constitui uma das medidas mais importantes para a efetivação do processo inclusivo o qual deverá atuar em parceria com o ensino regular. Baptista e Mantoan (2005, p. 26) advertem a importância desse atendimento ao assegurar que:

O atendimento educacional especializado garante a inclusão de alunos com deficiência, na medida em que lhes oferece o aprendizado de conhecimento, técnicas, utilização de recursos informatizados, enfim tudo que difere dos currículos acadêmicos que ele aprenderá nas salas de aula das escolas comuns. Ele é necessário e mesmo imprescindível, para que sejam ultrapassadas as barreiras que certos conhecimentos, linguagens, recursos apresentam para que os alunos com deficiência possam aprender nas salas de aula comum do ensino regular. Portanto, esse atendimento não é facilitado, mas facilitador, não é adaptado, mas permite ao aluno adaptar-se as exigências do ensino comum, não é substitutivo, mas complementar ao ensino regular.

No ano de 2008 é sancionado o Decreto nº 6.571 o qual dispõe sobre o Atendimento Educacional Especializado - AEE. Este documento define o AEE como o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos que são organizados institucionalmente e prestados de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos no ensino regular. Para tanto o atendimento deverá integrar a proposta pedagógica da escola, envolvendo a participação da família e a articulação com as demais políticas públicas. O referido documento em seu Art. 2º, aponta como objetivos do AEE:

- I – prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular aos alunos referidos no art. 1º;
- II – garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular;

III \_ fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem;  
IV\_ assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis de ensino. (Decreto nº. 6.571/2008).

Conforme o decreto o atendimento educacional especializado deve ser oferecido em salas de recursos multifuncionais. Segundo Alves (2006), nestas salas não serão trabalhados conteúdos específicos, mas sim, atividades que possam contribuir para a construção de conhecimentos nas disciplinas. O aluno poderá experimentar várias opções de equipamentos até encontrar aquele que melhor ajusta a sua necessidade. Assim as salas de recursos multifuncionais são definidas como:

(...) espaços da escola onde se realiza o Atendimento Educacional Especializado para alunos com necessidades educacionais especiais, por meio de desenvolvimento de estratégias de aprendizagem, centradas em um novo fazer pedagógico que favoreça a construção de conhecimentos pelos alunos, subsidiando-as para que desenvolvam o currículo e participem da vida escolar. (ALVES, p. 13, 2006).

Alves (2006) salienta ainda a grande variedade de materiais e recursos pedagógicos que podem ser utilizados para o trabalho na sala de recursos multifuncionais, destacando-se alguns como: Os jogos pedagógicos que são aqueles que privilegiam a aparência lúdica, a criatividade como também o desenvolvimento do pensamento. Estes jogos podem ser confeccionados pelos próprios professores os quais devem atender a demanda dos alunos respeitando suas habilidades motoras e sensoriais. Compreende as sucatas, velcros, fotos, gravuras, folhas coloridas, etc. Além disso, os jogos pedagógicos adaptados de acordo com as necessidades educacionais especiais de cada aluno. Ex: materiais com peças grandes e de fácil manejo, simbologia gráfica usada em pranchas de comunicação para facilitar a aprendizagem de diferentes disciplinas. Ainda os livros didáticos e paradidáticos em Braille, libras, impressos em letra ampliada, livros virtuais, falados, dicionário trilingue, dentre outros. São utilizados também os recursos específicos como lupa, reglete calculadora sonora, engrossadores de lápis, tesoura adaptada, softwares, etc. Os mobiliários adaptados como mesa de recorte, ajustes para

controle do corpo, tapetes antiderrapantes para evitar acidentes também são recursos os quais não podem faltar na lista destes materiais.

Dessa forma as instituições providenciam os materiais de acordo com as necessidades dos alunos sendo que quanto mais recursos for possível dispor, melhores serão as possibilidades dos resultados para esses alunos uma vez que poderão utilizar aqueles que melhor satisfaçam suas necessidades.

Depois da identificação do material adequado para a participação do aluno nas atividades do contexto escolar, o aluno juntamente com o professor especializado poderá utilizar cada um dos recursos usufruindo o máximo da tecnologia sendo que o professor deverá procurar envolver o aluno ativamente permitindo-lhe obter novas experiências e novos conhecimentos. Nestas escolhas o professor necessita de criatividade e principalmente disposição para encontrar alternativas para o aluno vencer as barreiras que os impedem de participar das atividades do cotidiano o que dificulta a inclusão desses alunos em classes regulares de ensino. Cabe ainda ao professor procurar meios para transferir os recursos para a sala de aula de modo que permaneça sempre com o aluno.



## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As postulações disponibilizadas permitem assegurar que a chegada dos alunos com necessidades educacionais especiais na escola tem provocado uma grande reflexão entre os profissionais da educação, famílias e sociedade em geral. Se observarmos o contexto histórico do processo de inclusão escolar nota-se a revolução significativa na concepção de ensino e aprendizagem dos alunos especiais que por muito tempo foi considerado objeto de desprezo, submetidos à discriminação em razão da deficiência. A efervescência dos discursos tem direcionado a construção de propostas preocupadas em oferecer condições para a formação das pessoas com necessidades educacionais especiais.

Na perspectiva da educação inclusiva, vários eventos e documentos mundialmente significativos que compreendem desde a Constituição de 1998, adotaram propostas e firmaram compromisso no sentido de oferecer o ensino aos alunos especiais dentro das classes comuns de ensino. No entanto esse direito tem desencadeado uma série de desafios grandes e inéditos para as escolas ao assumir o compromisso em atender a diversidade dentro de um mesmo ambiente.

Em busca da concretização dessa escola torna-se importante que ocorram mudanças na formação de professores, um dos principais focos de atenção das políticas públicas desenvolvidas pela Secretaria de Educação Especial. Exige além da formação do professor o ajuste da proposta pedagógica da escola, as adaptações do currículo e o atendimento educacional especializado para complementar as atividades desenvolvidas no ensino regular. Aspectos como postura, atitudes, mentalidade do ser humano precisam estar colocadas também em ação para a escola se tornar inclusiva.

Espera-se que as discussões aqui apresentadas possam contribuir para o desenvolvimento das práticas inclusivas, permitir que o aluno com necessidades educacionais especiais seja verdadeiramente incluído no ensino regular tendo suas especificidades atendidas conforme as teorias em ascensão.

## 6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Denise de Oliveira (Org.). Salas de Recursos Multifuncionais: espaços para o atendimento educacional especializado. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Especial, 2006.

ARANHA, Maria Salete Fabio (Org.). Educação Inclusiva: a escola. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Especial, 2006.

BAPTISTA, Cristina A. M. & MANTOAN, Maria Tereza E. Educação Inclusiva: atendimento educacional especializado para a deficiência mental. Brasília: MEC/SEESP, 2005.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 05/10/1988. Brasília: Senado Federal, 1988.

\_\_\_\_\_. Lei no 9394/96. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 1996.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Diretrizes curriculares nacionais para a Educação Especial, 1998.

\_\_\_\_\_. Política Nacional de Educação Especial. Brasília: MEC/SEESP, 1994.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. Projeto Escola Viva: garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola: necessidades educacionais especiais dos alunos. Brasília, 2005. Disponível em <http://www.slideshare.net/asustecnologia/projeto-escola-viva-viso-historica>. Acessado em 12 de jan. de 2010.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial - Secretaria de Educação Básica. Parâmetros curriculares nacionais: adaptações curriculares. Brasília, 1998.

Decreto nº. 6.571/2008. Disponível em <http://portal.mec.gov.br>. Acessado em 16 de jun. de 2010.

Decreto 3298/1999. Disponível em: [www3.dataprev.gov.br/SISLEX/paginas/23/1999/3298.htm](http://www3.dataprev.gov.br/SISLEX/paginas/23/1999/3298.htm).

Decreto 3956/2001. Disponível em: [www.usp.br/drh/novo/legislacao/dou2001/df3956.html](http://www.usp.br/drh/novo/legislacao/dou2001/df3956.html). Acessado em 21 de jun. de 2010.

Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (Resolução CNE/CEB n.º 02, de 2001. Disponível em portal. mec. gov. br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf. Acessado em 21 de jun. de 2010.

DORNELES, B. V. Diversidade na aprendizagem. In: BASSOLS. Saúde Mental na Escola: Uma abordagem multidisciplinar. 2 edição. Porto Alegre: Editora Mediação, 2004. Cap. 20, p. 111 – 119

Estatuto da Criança e do Adolescente, 1990. Disponível em [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm). Acessado em 21 de jun. de 2010.

GOFREDO, V.L.F.S. Educação especial: tendências atuais. Brasília: Associação de Comunicação Educativa; Roquete Pinto, 1999.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?* São Paulo: Moderna, 2003.

\_\_\_\_\_. NOVA ESCOLA. Revista da Educação Especial. Inclusão promove justiça. Entrevista Maio, 2005.

\_\_\_\_\_. Ser ou estar- eis a questão- explicando o déficit intelectual. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

\_\_\_\_\_. Uma escola de todos, para todos e com todos: mote da inclusão. FE/UNICAMP: s/d. (mimeo).

NÓVOA, A. A formação de professores e a profissão docente. In: \_\_\_\_\_ . (org.). Os professores e sua formação. Lisboa: Nova enciclopédia, 1992, p.97-121.

STAINBACK, Susan. In: Inclusão – Revista da Educação Especial. Secretaria de Educação Especial MEC - dez/2006. Ano 2. Nº. 3.

ROSSETO, M. C. Falar de inclusão... falar de que sujeitos. In: LEBEDEFF, T. B. PEREIRA, I. L. e S. Educação especial - olhares interdisciplinares. Passo Fundo: UPF Editora, 2005. P. 41-55.

SASSAKI, R. k. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. 3. ed. Rio de Janeiro, RJ: WVA, 1999.

SADALLA, A. M. (1997). Com a palavra a professora: suas crenças, suas ações. Tese de Doutorado Não-Publicada, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Campinas.

SEVERINO, A. J. 2000. Metodologia do trabalho científico. Cortez Editora, São Paulo.

UNESCO. Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE). Declaração de Salamanca de princípios, política e prática para as necessidades educativas especiais. Brasília: CORDE, 1994.

VEIGA, Ilma Passos e RESENDE, Lúcia M. G. de (orgs.). Escola: espaço do projeto político - pedagógico. Campinas: Papirus, 1998.